



Comitê de Governança e Gestão Estratégica

Ata da 1ª reunião do CGE do ano de 2022

Ao 30º (trigésimo) dia do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), presencialmente, reuniram-se os membros do Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGE), magistrados e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Estiveram presentes: Presidente do Comitê, Des. Klever Rêgo Loureiro, Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. José Miranda Santos Júnior; Ewerton Gabriel Protazio de Oliveira, Secretário Especial da Presidência; Renato Barbosa Pedrosa, Diretor da DICONF; Magno Vitório de Farias Fragoso, representante da Corregedoria-Geral da Justiça; Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor-Chefe da APMP; Guilherme Rossilho, da APMP; Inara Francoyse de Souza Pereira, da APMP; e Amós Henrique Alves de Araújo, da APMP, secretariando. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** Presidente abriu a reunião. Informou que sairia da reunião por ter sido agendada uma reunião com o Poder Executivo no Palácio República dos Palmares. Passou a presidência para Dr. Antônio Rafael. **2)** Clóvis Gomes iniciou apresentando a pauta. Passou aos pontos do planejamento estratégico, informando os ciclos da estratégia do Poder Judiciário de Alagoas. Fez uma breve revisão histórica sobre o Planejamento no TJAL. Apresentou o Mapa Estratégico da Estratégia Nacional e o do Poder Judiciário de Alagoas. Dr. Antônio Rafael questionou sobre qual posição o TJAL ocupa dentre os tribunais de pequeno porte e foi respondido que não está em uma posição desejável com base no Prêmio CNJ de Qualidade. Clóvis Gomes explicou sobre a divergência entre gestão e governança. Trouxe mais alguns conceitos sobre estas temáticas. Trouxe a questão sobre possível necessidade de mudança no Comitê ou em outros pontos similares. Clóvis Gomes trouxe pontos da Resolução CNJ nº 325/2020. Falou sobre a necessidade de reformular o normativo que trata das atividades do CGE, ajuste na nomenclatura do CGE, adequação da composição do Comitê e de que as RAES tenham sempre como propósito a avaliação, acompanhamento de resultados e tomada de decisão. Dr. Antônio Rafael questionou se já há minuta para alteração da resolução que trata do CGE. Clóvis Gomes falou que a propositura é para saber se é possível prosseguir com essa alteração. Foi questionado quem faltaria na composição tida como ideal. Clóvis Gomes citou algumas funções que poderiam estar. Discutiu-se sobre a inclusão do controle interno e o FUNJURIS. Dr. José Miranda fez algumas sugestões. Dr. Antônio Rafael concordou com a ideia e de que levaria a ideia para avaliação do Presidente. Finalizou sua apresentação. **2)** Inara Francoyse passou a apresentar os dados de 2021. Mostrou um resumo dos principais indicadores a serem apresentados. Apresentou a série histórica dos casos novos de 2015 a 2021. Mostrou série histórica dos casos novos sem as execuções fiscais também no mesmo período de 2015 a 2021. Em 2020 houve a maior entrada de processos de execução fiscal do

período em análise. Houve discussão sobre aumento de processos em execução fiscal no mês de março de 2022. Inara Francoyse informou os dados de sentença e de baixados. Trouxe dados do IPC-Jus e sua série histórica. Informou os baixados de execução. Passou aos dados de sentença e decisões. Informou a série histórica dos baixados. Apresentou a série histórica da taxa de congestionamento geral e a líquida. Apresentou a série histórica também do índice de conciliação na fase de conhecimento. Clóvis Gomes perguntou sobre a semana da conciliação e foi debatido sobre. Inara Francoyse encerrou a discussão. **3)** Foi passado ao último ponto da pauta, que Guilherme Rossilho fez a apresentação acerca do planejamento estratégico 2021-2026. Falou sobre ações que fazem parte do plano. Falou sobre a necessidade de alteração nos indicadores do planejamento e de que necessita de autorização para tal e esta foi concedida. Iniciou a apresentação dos macrodesafios. Relatou sobre ações de cada macrodesafio tanto as realizadas em 2021 quanto as que estão previstas para serem feitas em 2022. Quanto ao Macrodesafio 11 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, Renato Barbosa pediu para que se incluísse uma ação para 2022 relativa a unificação do setor contábil financeiro orçamentário do FUNDESMAL, FUNJURIS e do próprio TJ.

Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva
Juiz Auxiliar da Presidência em substituição ao Presidente do CGE